

ATA N.º 02/2016

----- Ata da sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada no dia 26 de abril de 2016.-----

----- Aos 26 dias do mês de abril de 2016, pelas 14,30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Cantanhede, em Sessão Pública Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- 1 - Apreciação de uma informação do Sr. Presidente da Câmara;-----
- 2 – Entidades participadas / Método de equivalência patrimonial / Para conhecimento;-
- 3 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / XVIII Ciclo de Teatro Amador de Cantanhede;-----
- 4 - Apreciação, discussão e votação da minuta do Protocolo de Cedência e Utilização da Escola da Camarneira / União das Freguesias de Covões e Camarneira e Clube Desportivo da Camarneira;-----
- 5 – Fornecimento de energia elétrica para as instalações alimentadas em baixa tensão do município de Cantanhede, ao abrigo do Acordo Quadro para fornecimento de Eletricidade promovido pela CIM-RC / Autorização da Assunção do Compromisso Plurianual;-----
- 6 – Fornecimento de gás natural, pelo período de 18 meses, para as Piscinas Municipais e para o Centro Escolar de Cantanhede / Concurso Público / Autorização da Assunção do Compromisso Plurianual;-----
- 7 - Apreciação, discussão e votação do Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas do Município de Cantanhede do Ano Económico de 2015;-----
- 8 - Apreciação, discussão e votação da relação de bens que constituem o Inventário Municipal, à data de 31 de dezembro de 2015;-----

9 - Apreciação, discussão e votação do 1.º Relatório semestral de acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro do Município de Cantanhede, Ano 2016;-----

10 - Apreciação, discussão e votação da 2.ª Revisão ao Orçamento e GOP's do Ano de 2016;-----

11 - Apreciação, discussão e votação do projeto de Regulamento da Organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Cantanhede;-----

12 - Apreciação, discussão e votação da proposta da alteração ao Mapa de Pessoal / 2016.-----

----- Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Assembleia conferiu com a Mesa as presenças, ausências e substituições operadas, que foram as seguintes:-----

----- Justificação da falta do Sr. Dr. Carlos Alberto Miranda de Jesus Pessoa, do Sr. Dr. Pedro Miguel de Jesus Neto Dias e do Sr. Manuel Madeira Teixeira, todos por motivos profissionais.-----

----- Justificou ainda a falta do Sr. Eng.º Rogério Paulo Simões Marques.-----

----- Presença dos restantes membros da Assembleia Municipal.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente chegado à Mesa da Assembleia, no período de 29 de fevereiro de 2016 a 26 de abril de 2016, tendo procedido à leitura dos agradecimentos do Sr. Presidente da Casa do Futebol Clube do Porto – Dragões de Cantanhede, Sr. Miguel Pires, ao Executivo Municipal de Cantanhede e à Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cantanhede pela forma exemplar como, no passado dia 04 de Março, receberam os responsáveis do Futebol Clube do Porto na Cidade de Cantanhede. Informou ainda que todo o expediente se encontra disponível, a exemplo do que é hábito, para consulta de qualquer membro da Assembleia Municipal.-----

----- De seguida, foi presente a ata n.º 01/2016, da sessão da Assembleia Municipal de 29 de fevereiro de 2016.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa informou que, a pedido do líder da bancada do PS foram feitas algumas correções ao texto daquela ata. Prestados alguns esclarecimentos e não tendo havido qualquer intervenção quanto ao teor da ata n.º 01/2016, da sessão da Assembleia Municipal de 29 de fevereiro de 2016, foi a mesma colocada a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

----- Após a votação o Sr. Dr. Luís Pato apresentou a seguinte declaração de voto subscrita pelos membros da Bancada do PS: *“DECLARAÇÃO DE VOTO A PROPÓSITO DA APROVAÇÃO DA ATA Nº 1/2016 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE CANTANHEDE. Ao ler a 1.ª versão da ata da última Assembleia Municipal (ata n.º 1/2016 da sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada no passado dia 29/02/2016.), verificámos a existência da omissão de várias intervenções de membros da bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal ficando apenas no texto principal o assunto e passando os moldes em que ele foi tratado para: “pasta anexa ao presente livro de atas”. Recordamos duas coisas – primeiro, entendem-se por documentos anexos, textos ou dados que servem de suporte para uma qualquer argumentação tida como essencial; segundo, os deputados que leram estes textos solicitaram que os mesmos ficassem integralmente inseridos na ata, tendo também entregue uma cópia à mesa da Assembleia Municipal de modo a facilitar os secretários da assembleia aquando da transcrição da mesma. Percebemos uma clara discriminação no tratamento dado às intervenções dos deputados do PS, em comparação com o Senhor Presidente da Câmara e da bancada do PSD. Porque no caso em concreto, as nossas intervenções foram para “pasta anexa”, mas as respostas do responsável da Câmara, essas já estavam transcritas*

no corpo da ata. Apesar disso, não queremos acreditar que houvesse intenção clara e de grave atropelo pela equidade com que ambas as bancadas desta AM devem ser tratadas! Ontem, neste mesmo salão comemoraram-se os 42 anos do 25 Abril de 74, comemoraram-se valores da liberdade, equidade e da democracia! Portanto não queremos que Hoje, nesta mesma sala recuemos às práticas admissíveis apenas até ao dia 24 abril de 74. Sabemos que a nossa Democracia apesar de jovem, necessita continuamente de processos de construção e solidificação e nós obviamente não queremos recuar a práticas e tiques saudosistas, castradores da liberdade e da democracia.”-----

----- Sobre o assunto interveio o Primeiro Secretário da Mesa, Dr. Adérito Machado, o qual procedeu à leitura de um documento, por si subscrito, que versa sobre as formas de transmitir uma mensagem, quer por escrito, quer oralmente, sobre quais as suas características, vantagens e desvantagens. Referiu que a mensagem escrita não pode ter mais valor do que a mensagem oral pelo simples motivo que todas ou quase todas as mensagens escritas também passam a ser orais porque são lidas pelos seus autores antes de serem entregues na mesa da Assembleia. Logo, são suscetíveis de igual forma de tratamento nas intervenções orais aquando da compilação da ata, isto é, são resumidas e não transcritas na totalidade para a ata. Na sua opinião, se o valor da escrita for de maior importância em relação à oral, então está-se perante um retrocesso democrático, passando a ter maior eco o peso político do que a opinião criada no momento, mas que representa a opinião aqui e agora por alguém eleito pelo povo e que, de viva voz e sem medo, usa da palavra e diz o que sabe para transmitir um pensamento e uma opinião, enquanto a escrita só tem um rosto de quem lê, não a cara de quem escreve.-----

----- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, o qual agradecendo a intervenção do Sr. Primeiro Secretário, Dr. Adérito Machado, informou que a Mesa concorda com a mesma e rejeita categoricamente a acusação de “discriminação” e de “práticas de 24 de Abril” referidas na Declaração de Voto subscrita pela Bancada do Partido Socialista. Acrescentou que a Mesa, no uso das suas legítimas competências regimentares e legais, coordena a elaboração das atas através de seu Primeiro Secretário, Dr. Adérito Machado, envia-as para a apreciação dos líderes das Bancadas dos dois partidos com acento na Assembleia Municipal e sempre manifestou total abertura e espírito democrático para aceitar sugestões de correção desde que estas respeitem a igualdade de tratamento entre todos os membros, sejam imparciais e se enquadrem no Regimento e na Lei em vigor. Recordou ainda que, na mesma ata, a Sr.ª Enf.ª Áurea Andrade propôs um Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Almeida Santos, o qual foi transcrito, dada a natureza do assunto e por implicar uma votação. Finalmente, referiu que a Mesa continuará, democraticamente, a seguir critérios de justiça, igualdade de tratamento, imparcialidade e respeito pelo Regimento e pela Lei, quer na direção dos trabalhos da Assembleia Municipal, quer na elaboração das atas de cada sessão.-----

----- De seguida, deu início ao período Antes da Ordem do Dia, cujas intervenções ocorreram em função das inscrições efetuadas junto da Mesa da Assembleia, da seguinte forma:-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta da Tocha, Sr. Fernando Pais Alves, o qual, após cumprimentar todos os presentes, questionou sobre os seguintes assuntos: - Problema do saneamento nos lugares de Cochadas e Catarinões; - Problema do saneamento no lugar de Berlengas; - Problema da estrada da Praia com a aproximação do verão.-----

----- Interveio a Sr.^a Presidente da Junta da União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, Prof.^a Aidil Machado, a qual, após cumprimentar todos os presentes, felicitou o Executivo pela forma como decorreu a inauguração do novo Centro Escolar, no passado dia 13 de Abril, com a presença do Senhor Ministro da Educação Prof. Dr. Tiago Brandão Rodrigues, e agradeceu, quer aos Presidentes de Junta, quer aos Membros da Assembleia Municipal, as suas presenças naquele ato solene. Destacou, de seguida, a importância da centralidade daquele complexo escolar, criado na Cidade de Cantanhede, que abrange todos os níveis de ensino desde o pré-escolar até ao 12º ano, bem como o facto do Sr. Presidente da Câmara, tendo aproveitado a presença do Senhor Ministro da Educação, ter reiterado o pedido de requalificação, quer da Escola Secundária Lima de Faria, quer da EB 2,3 Marques de Marialva, estabelecimentos escolares que, há muito, carecem de uma intervenção de fundo dotando assim, todos os níveis de ensino, de condições adequadas e onde, no mesmo espaço, todos os munícipes, possam ainda usufruir de todas as valências envolventes ou seja, campo de ténis, piscinas, pavilhão e um magnífico espaço verde.-----

----- Falou, de seguida, o Sr. Dr. Luis Pato, o qual fez uma intervenção em nome da Bancada do Partido Socialista, sobre a denúncia de uma situação de perigo ambiental e de saúde proveniente de uma fábrica de tratamento de resinas denominada Gum Chemical Solutions, S.A., instalada a poente da “Quinta dos Laticínios,” em Cantanhede, referindo, nomeadamente, conforme relatos dos residentes no local, casos de hospitalizações de munícipes com problemas respiratórios, em alguns casos crianças, e a existência de um intenso cheiro tóxico e de ruído incomodativo. Exigindo que a situação fosse averiguada, a Bancada do PS, colocou as seguintes questões: Quais eram as premissas (regras) para a instalação da empresa naquele local? Como é que a Câmara justifica a instalação de uma empresa desta natureza tão próxima de

uma zona habitada? Houve alguma ação de fiscalização por parte da Câmara para aferir, “in loco”, se a empresa visada estava a cumprir ou não com o que ficou combinado previamente? Perante esta situação, para além das ações já tomadas, como é que a Câmara tenciona agir de modo a proteger os seus munícipes? Concluiu que, a Bancada do PS não está contra a vinda de novas empresas para o nosso Concelho, mas defende a existência de um desenvolvimento sustentável para o Concelho de Cantanhede, um desenvolvimento de uma economia que seja cumpridora com as regras que visam preservar o meio ambiente, a saúde pública e sobretudo o bem-estar das pessoas.-----

----- Interveio, também, a Sr.ª D.ª Maria Armada Gavião, a qual, após cumprimentar todos os presentes, demonstrou a sua tristeza e frustração pela falta de pessoas nas comemorações do 25 de abril. Recordou ter criado uma Associação 25 de Abril e ter participado nas primeiras comemorações realizadas e apelou a umas comemorações mais efusivas onde poderiam participar alguns Grupos e Associações do Concelho.—

----- Foi, de seguida, dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual passou a responder às questões colocadas da seguinte forma: - Relativamente às comemorações do 25 de Abril, recordou que o Executivo, já há algum tempo, tem por hábito trazer, às sessões solenes, um orador convidado, o que tem sido muito positivo. Acrescentou que os critérios que presidem à escolha do programa podem variar de pessoa para pessoa e recordou que, tendo aquele dia sido uma segunda-feira, muitas pessoas aproveitaram o fim-de-semana prolongado para tirar umas férias. De seguida, recordou todas as fases daquelas comemorações, desde a colocação de uma coroa de flores junto à estátua de Jaime Cortesão, em Ançã, até à sessão solene realizada no salão nobre, aludindo à participação do Coro Cantemus, à intervenção do Prof. António Pimentel, Diretor do Museu de Arte Antiga e ao espaço

reservado para o uso da palavra de todos os participantes. Informou, finalmente, que de acordo com a imprensa, não foram assim tantos os Municípios a festejar o 25 de Abril, e que, na sua opinião, comemorar o 25 de abril é fazer investimento, proporcionar qualidade de vida às populações e apostar na educação e na cultura. Ainda sobre as possíveis formas de se celebrar o 25 de Abril e apesar de satisfeito com o que se tem proporcionado, mostrou-se recetivo à recolha de sugestões tendo em vista melhorar aquelas celebrações; - Relativamente à questão focada sobre a Quinta dos Lacticínios, informou ter sido contactado pelos residentes que alertaram para situação, tendo, no mesmo dia estabelecido contacto com a Administração daquela unidade industrial e pedido informação. De seguida e após obter autorização por parte do Sr. Presidente da Mesa, procedeu à leitura da resposta recebida no dia 05 de abril, do seguinte teor: *“A GUM CHEMICAL SOLUTIONS, S.A. vem por este meio enviar informações que consideramos convenientes no sentido de esclarecer as questões colocadas, quer pela munícipe Adriana Seabra no dia 29/03/2016, residente na Rua Cantanhede do Maranhão, Lote 29, Urbanização Quinta dos Lacticínios, 3060-219 Cantanhede, quer pelo munícipe Delfim Luzeiro no dia 03/04/2016. Somos uma indústria de transformação física de resina natural de pinheiro, sendo esta a sua única matéria-prima. Não somos uma indústria em que ocorram quaisquer reações químicas, utilizando apenas processos físicos para a separação da resina natural de pinheiro nos seus dois componentes: Essência de Terebintina e Colofónia (mistura de ácidos resínicos). Previamente ao processo de separação destes dois componentes, é realizado um processo de filtração e decantação da resina bruta para a eliminação, quer dos resíduos sólidos nela presente (acículas e casca de pinheiro) quer da humidade contida. Todo o processo de fabrico desenvolvido nas nossas instalações é realizado sem a utilização e adição de quaisquer produtos químicos. Todo o*

processo de fabrico está automatizado e gerido por Sistemas de Supervisão e Controlo. A tecnologia incorporada é ambientalmente responsável e limpa. Todo o processo tecnológico foi desenvolvido em parceria com empresas especializadas e de reconhecida competência técnica. A GUM CHEMICAL SOLUTIONS, S.A., tem em curso a realização dos testes finais de comissionamento da unidade, os quais se preveem finalizar em Abril, pelo que de imediato será dado cumprimento aos requisitos emergentes do Título de Instalação de que se reproduz cópia parcial. Provavelmente, durante este período de realização de testes, pode ter existido, por algumas vezes, barulho mais incomodativo pelo qual pedimos, desde já, as nossas mais sinceras desculpas e lamentamos o sucedido. De forma a avaliar a questão do cheiro referido, estamos a consultar o único laboratório acreditado em Portugal na olfatométria (EUROFINS), para medir os odores emitidos. No entanto, pelo supra exposto, o único odor que poderá existir, será o da resina natural de pinheiro. No que diz respeito ao barulho estamos já em processo de adjudicação de uma proposta de avaliação de ruído ambiente a um laboratório acreditado (ENVIESTUDOS, S.A.). Desta forma será monitorizado o ruído ambiente, de acordo com o Regulamento Geral de Ruído (Decreto-Lei n.º 9/2007) e verificados os níveis de exposição máxima e o critério de incomodidade. Estas medições serão efetuadas na 2ª quinzena de Abril. Caso seja detetada qualquer irregularidade, obviamente a GUM CHEMICAL SOLUTIONS, S.A., de imediato, encetará a implementação de medidas corretivas de forma a garantir o cumprimento da legislação em vigor. A GUM CHEMICAL SOLUTIONS, S.A., é uma empresa responsável e que pretende desenvolver a sua atividade de acordo com as regras ambientais e as melhores práticas do sector, desejando criar uma sã convivência com a comunidade onde se insere, pelo que está e estará sempre disponível para os esclarecimentos e informações que se mostrem

necessários.” Sobre esta comunicação esclareceu que aquela unidade industrial enviou cópia do Título de Instalação, produzido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, pela Autoridade para as Condições do Trabalho, a Administração Regional de Saúde do Centro e a Agência Portuguesa do Ambiente/Administração da Região Hidrográfica do Centro, as 4 entidades com tutela direta sobre aquela unidade e informou que o Município de Cantanhede apenas licenciou e vai, após receber o relatório final da referida situação, emitir a licença de utilização. Referiu ainda que se encontram a estudar soluções tendo em vista colocar barreiras sonoras, caso seja necessário, estando o Município a aguardar informação mais detalhada; - Quanto às questões colocadas pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Tocha solicitou ao Sr. Presidente do Conselho de Administração da Inova, Eng.º António Alves que prestasse os esclarecimentos solicitados sobre o saneamento nas Cochadas e Catarinões e, finalmente, informou que relativamente à questão da Estrada da Praia, o atraso apenas se deve ao facto de não parar de chover, estando tudo pronto para os trabalhos iniciarem logo que faça sol.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, deu, de seguida, a palavra ao Sr. Presidente do Conselho de Administração da INOVA, Eng.º António do Patrocínio Alves, o qual informou, relativamente ao problema do saneamento do lugar de Cochadas que recebeu, no final de fevereiro do corrente ano, uma denúncia via mail, de um habitante das Cochadas. De seguida informou ter respondido àquele mail com as razões técnicas para o sucedido, problemas esses da responsabilidade da entidade gestora da rede coletora em alta, a empresa Águas do Centro Litoral, S.A do Grupo Águas de Portugal. Informou ainda que, em 22 de março, recebeu um mail da TVI sobre o mesmo assunto e comunicou àquela entidade que a situação de sobrecarga num coletor de saneamento no lugar de Cochadas, freguesia da Tocha, é conhecida e a

entidade proprietária e gestora da rede coletora em alta, a empresa Águas do Centro Litoral, S.A. do Grupo Águas de Portugal, eixo SIMRIA, que assumiu perante a Câmara Municipal de Cantanhede, a Câmara Municipal de Mira e a INOVA o compromisso de avançar com uma solução definitiva do problema de sobrecarga tendo já solicitado para o efeito um estudo que visa redimensionar o sistema de saneamento nos Municípios de Cantanhede e Mira. Acrescentou que, quer no Diário de Coimbra, quer no Diário As Beiras, saiu um comunicado da SIMRIA a relatar e a assumir a responsabilidade sobre o que estava acontecer.-----

----- Interveio, de seguida, o Sr. Prof. Abel Carapêto, o qual após cumprimentar todos os presentes, agradeceu os esclarecimentos dados pelo Presidente do Conselho de Administração da INOVA, Eng.º António do Patrocínio Alves, uma vez que está em causa um crime ambiental cujas consequências não se conseguem prever. Informou, de seguida que, teve a oportunidade de assistir ao vazamento daquelas águas e que tem conhecimento que continua a vazar água pela tampa, a qual passa para uma vala e para um ribeiro, segue para a Barrinha de Mira e vai para a Ria de Aveiro. Voltou a referir tratar-se de um crime ambiental com consequências imprevisíveis, com a possível contaminação dos lençóis de água e dos terrenos, e que tem de ser urgentemente resolvido, não através de mails, mas sim com reuniões, no terreno. Quanto à responsabilidade da situação, questionou se será efetivamente da SIMRIA, pois existindo contrato com aquela entidade, tanto a INOVA como a Câmara deveriam ter-lhe exigido responsabilidades. Mostrou-se, de seguida, preocupado com o facto do problema ter sido levantado pelo povo e pela comunicação social em Fevereiro, a INOVA já ter conhecimento em Março e nada ter feito, sendo certo que o saneamento já foi ligado há 4 anos e o problema já existe desde 2012.-----

----- Respondeu o Sr. Presidente do Conselho de Administração da INOVA, Eng.º António do Patrocínio Alves, o qual chamou a atenção para o comunicado das Águas do Centro Litoral, que saiu nos órgãos da comunicação social, e no qual aquela entidade assume a inteira responsabilidade do que está acontecer. Acrescentou ainda que houve uma reunião, na qual aqueles assuntos foram debatidos e onde apresentaram um estudo prévio e as medidas mitigadoras que vão implementar a curto prazo e que foram aprovadas. Recordou ainda que aquela entidade está em perfeita consonância com o Ministério do Ambiente que está a acompanhar o caso.—

----- Voltou a intervir o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual acrescentou que, o assunto já existe há algum tempo e que, desde o primeiro momento, foram muitas as reuniões no terreno, com a Câmara Municipal de Mira, e com o representante das Águas do Centro Litoral, tendo resultado, efetivamente, três projetos, dos quais um foi escolhido e teve a intervenção do Ministério do Ambiente. Acrescentou que, neste momento, a solução está escolhida e já foi apresentada quer em Mira, quer em Cantanhede, esperando-se que as Águas do Centro Litoral possam resolver o problema o mais rapidamente possível, uma vez é da sua responsabilidade. Recordou ainda que quando as Águas do Centro Litoral apresentaram o projeto, já há bastantes anos, nada fazia prever que este problema viesse acontecer e que, o mais importante neste momento, é solucioná-lo o mais rapidamente.-----

----- Interveio, de novo, o Sr. Presidente do Conselho de Administração da INOVA, Eng.º António do Patrocínio Alves, o qual referiu que quando chove, o Município de Cantanhede tem mais cerca de 30% de águas pluviais com afluência aos coletores, quando as normas técnicas da SIMRIA falam em aceitar entre 20% a 25%. No entanto, aquela entidade informou que existem Municípios que têm mais de 100% de águas pluviais, o que faz com que o sistema entre em colapso. Voltou a referir que foi a

SIMRIA que dimensionou o projeto, segundo os dados que tinha da evolução da população de Cantanhede e que a INOVA não tem quaisquer responsabilidades, nem na elaboração do projeto, nem da forma como foi concluído, e, que a Agência Portuguesa do Ambiente nunca foi à INOVA reclamar o que quer que seja sobre o assunto em causa.-----

----- Foi de seguida dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia da Tocha, Sr. Fernando Pais Alves, o qual informou que, em Dezembro, a Junta de Freguesia chamou a atenção da INOVA e da Câmara para o problema, tal como tem acontecido nos últimos anos. Informou ainda que, derivado de uma reclamação efetuada pela Junta de Freguesia, a Agência Portuguesa do Ambiente levantou um auto à SIMRIA e obrigou aquela entidade a limpar as valetas junto à EN 109.-----

----- Falou também a Sr.ª D.ª Maria Armanda Gavião, a qual questionou sobre a legalidade de, passar junto à sua porta um regueiro de água limpa, proveniente, muito provavelmente de uma cave.-----

----- Respondeu o Sr. Presidente do Conselho de Administração da INOVA, Eng.º António do Patrocínio Alves que, se a água é limpa é preferível pô-la a correr para a valeta do que as pôr para o saneamento.-----

----- Interveio, de seguida, o Sr. João Paulo Vagos, o qual, após cumprimentar todos os presentes, referiu-se a um estudo intitulado de City Brand Ranking, levado a cabo pela empresa Blue Consulting, Ld.ª e publicado no passado dia 19 de Abril no Jornal de Negócios. Informou, assim, que o referido estudo, feito com base nas pesquisas que são feitas na internet sobre os Municípios de uma forma geral, relativamente a três áreas chave (negócios, visitar e viver), atribuiu ao Município de Cantanhede o 132.º lugar, quando em 2015 detinha o 113.º lugar e em 2014 o 87.º lugar, correspondendo a uma queda, em dois anos, de 45 lugares. Acrescentou que,

daquele estudo, verifica-se claramente uma melhoria na área dos “negócios”, mas também um grande decréscimo nas áreas de “turismo” e “viver”. Tendo em conta a importância que, cada vez mais, este tipo de estudos tem na web, os Municípios em boas posições são assim promovidos e valorizados. De acordo com os resultados, parece que, ao contrário do que foi demonstrado na última Assembleia Municipal, quem está por fora não vê o Concelho de Cantanhede como um paraíso pelo que, não basta a simples divulgação das agendas culturais, do programa de festas ou até da maior feira nacional, mas se calhar, promover outros aspetos importantes para quem procura Cantanhede para negócios, para viver ou para visitar. Recordou, de seguida que, aquando das aprovações dos Orçamentos na Assembleia, a bancada do Partido Socialista alertou para o diminuto investimento que é dado ao Turismo. De seguida mostrou o desagrado da bancada do Partido Socialista pelo facto de, na próxima EXPOFACIC, o espaço cedido às Juntas de Freguesia representar um espaço comum, num pavilhão, com direito a dois painéis, retirando representatividade às mesmas e questionou sobre o porquê daquela intenção que consideram uma desvalorização do que é do Concelho.-----

----- Interveio, de seguida. O Sr. Filipe Figueiredo, o qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, recordou que na última sessão questionou sobre a isenção de taxas para a realização do Festival das Favas em Ourentã e, como até à data aquela coletividade ainda não obteve qualquer informação sobre o referido assunto agradeceu qualquer informação pertinente. De seguida questionou o Sr. Vereador da Cultura, Dr. Pedro Cardoso sobre o indeferimento, ao Rancho Regional “Os Bairradinos” de Ourentã, da cedência do autocarro para dia 21 de maio, informando que aquela coletividade nos últimos 5 anos, apenas usufruiu daquele serviço uma vez.-----

----- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura o qual solicitou a todos os Membros da Assembleia que o informem previamente sobre qualquer tema específico que pretendam que seja discutido para que possa estar devidamente informado sobre o assunto em causa. De seguida referiu que, ao contrário do que foi sugerido pelo Sr. Filipe Figueiredo, não há qualquer atitude discriminatória perante aquela coletividade, os processos apenas devem dar entrada devidamente documentados. Relativamente à questão da isenção de taxas, voltou a esclarecer que conforme previsto em Regulamento, qualquer pedido de isenção de taxas do Município feito por uma associação ou por uma Junta de Freguesia é deferido, sendo certo que, o Município não pode isentar qualquer outra taxa que não lhe pertence como é o caso dos Direitos de Autor. De seguida, relativamente à questão levantada pelo Sr. João Vagos, a qual agradeceu, informou que não lhe assusta a questão do ranking e que, relativamente à questão do Turismo, explicou que a rubrica no orçamento não tem um valor muito elevado mas, quando se fala de Turismo também se fala em cultura, em juventude, em desporto, estando tudo interligado. Relativamente ao espaço reservado para as Juntas de Freguesia afirmou tratar-se ainda de uma área considerável e que foi conversada e planeada juntamente com os Presidentes de Junta que a aceitaram por unanimidade. Informou ainda que irá tratar-se de um espaço único, onde os elementos de todas as Juntas de Freguesia poderão conviver e onde, cada uma no seu dia, terá a possibilidade de mostrar aquilo que de melhor tem, não se tratando de forma alguma de relativizar o papel das Juntas de Freguesia, antes pelo contrário.-----

----- Voltou a intervir o Sr. Filipe Figueiredo reforçando o facto de que, relativamente ao autocarro, o ofício recebido não é muito esclarecedor pois apenas refere que “foi

indeferido o pedido de cedência do autocarro municipal de 51 lugares para o dia 21 de maio de 2016 de acordo com as normas de utilização dos autocarros municipais.”-

----- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, o qual informou que, também ele enquanto Presidente de uma IPSS`s, recentemente, recebeu um ofício idêntico a recusar a cedência de um autocarro, acrescentando que muitas outras Associações terão recebido ofícios idênticos, porque se há normas, são para serem cumpridas e, se o autocarro está comprometido nesses dias, não se pode desdobrar.-----

----- Foi, de seguida, dada a palavra ao Sr. Vereador Dr. Pedro Cardoso, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, afirmou que o assunto poderia ter sido tratado fora da Assembleia Municipal dadas as relações que existem, na área da Cultura, com os “Bairradinos” de Ourentã. De seguida esclareceu que o ofício mencionado é um ofício tipo, uma vez que é suposto que as instituições saibam quais são as regras da cedência dos autocarros. Confirmou ainda que é verdade que há um conjunto de instituições e de associações que dificilmente conseguem o autocarro de 51 lugares por, simplesmente, infelizes coincidências, sendo certo que os Serviços fazem um esforço enorme para tentar encontrar datas alternativas. Após mais alguns esclarecimento concluiu que, no que toca ao processo de cedência dos autocarros, o mesmo é feito de acordo com as normas, estando os Serviços sempre recetivos através da comunicação direta, de forma célere e rápida a responder, a explicar, a informar, a deixar ver os processos de forma transparente e clara.-----

----- Foi ainda, dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Ourentã, Sr. Carlos Ventura, o qual, após cumprimentar todos os presentes convidou todos os presentes na sessão a estarem presentes no Festival Gastronómico das Favas,

organizado pelos “Bairradinos” de Ourentã e que decorrerá nos dias 13,14 e 15 de Maio.-----

----- Falou de seguida o Sr. Manuel Augusto dos Santos, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou não estar de acordo com a posição da D.^a Maria Armanda Gavião quanto às comemorações do 25 de Abril, pois, na sua opinião, tiveram tudo a ver, uma vez que aquela data veio permitir a abertura da educação e da cultura. De seguida referiu que a intervenção do Sr. Dr. António Filipe Pimentel foi extremamente gratificante e que ficou extraordinariamente agradecido ao ter conhecimento de que o Município de Cantanhede deu o passo inicial para que o quadro da “Adoração dos Magos” de Domingos Sequeira fosse para o lugar certo, apoiando, de uma forma equivocada a Cultura e tudo o que tem lugar de destaque no país após o 25 de Abril. Relativamente à intervenção do Sr. João Paulo Vagos sobre o ranking publicado no Jornal de Negócios, informou que existe um estudo do Ministério da Economia sobre as importações/exportações de cada Município, no qual Cantanhede está classificado, no distrito de Coimbra, em segundo lugar.-----

----- Interveio, de novo, o Sr. Prof. Abel Carapêto, o qual recordando o facto de, aquando da visita do Ministro da Educação a Cantanhede, para a inauguração do Centro Escolar de Cantanhede, o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, ter alertado para a necessidade de se promover a reconstrução da EB2/3 Marquês de Marialva e da Escola Secundária de Cantanhede, informou que a Bancada do PS se associa à Câmara Municipal no sentido de unir esforços para que aquelas obras sejam efetuadas o mais rápido possível porque, de facto, em ambas as escolas as condições estruturais são más, sendo urgente unirem-se todos os esforços naquele sentido. De seguida, sugeriu a construção de um monumento alusivo ao 25 de Abril por forma a perpetuar na memória todos os valores instituídos a partir daquela data.-----

----- Voltou a intervir o Sr. Dr. Luis Pato, o qual relativamente ao problema proveniente da empresa Gum Chemical, concordou com a resposta do Sr. Presidente da Câmara, que de facto a saúde e o ambiente são os fatores mais importantes da defesa da cidadania mas também alertou para o facto de aquelas populações pagarem IMI tal como qualquer outro cidadão de Cantanhede, bem como para a potencial perda de valor patrimonial das residências ali existentes. Relativamente ao mesmo assunto voltou a questionar o Sr. Presidente da Câmara sobre as premissas na instalação daquela empresa e solicitou, em nome da Bancada do PS que a Câmara Municipal de Cantanhede informasse os residentes no local de todas as diligências efetuadas e a efetuar. De seguida voltou a referir-se à questão da infoexclusão da Câmara Municipal de Cantanhede na esfera digital, pois não tem conta de facebook, nem conta no youtube, sendo que a primeira é responsável por 80% dos internautas em Portugal.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Dr. Carlos Fernandes, o qual após cumprimentar todos os presentes na sessão abordou os seguintes assuntos: - Concordou o Sr. Dr. Luis Pato quanto à importância da saúde e do ambiente e manifestou também a sua preocupação com o assunto em causa, uma vez que as doenças respiratórias têm múltiplos agentes causais sendo necessário estabelecer qual é o agente causal dessa situação em específico e verificar se há um nexo de causalidade com aquela indústria em particular ou com qualquer outra no concelho, tomando, se for o caso, as medidas necessárias; - Deu uma palavra de apreço aos Serviços de Proteção Civil, dado que foram incansáveis no apoio prestado às populações e às Juntas de Freguesia ao longo de todo o inverno que teima em ser tardio e que tem tido alguns episódios de cheias, de derrocadas e de estragos nas vias; - Relativamente à educação e recordando a

intervenção do público na última Assembleia sobre o sistema escolar de Sepins e Bolho, sugeriu uma possível solução, conforme está preconizado na Carta Educativa. Relativamente às escolas que o Ministério sinalizou para fechar, nomeadamente fechar ambas as escolas e construir o Centro Escolar de Murtede; - Relativamente à questão colocada pelo Sr. João Paulo Vagos, sobre o espaço reservado às Juntas de Freguesia do Concelho no recinto da Expofacic, afirmou que a Junta de Freguesia de Murtede foi uma das que defendeu e propôs aquele espaço comum para todas as Juntas de Freguesia. De seguida explicou que não se trata de reduzir a representatividade, nem a dimensão das Juntas de Freguesia, nem se pode comparar com outros stands, tratando-se sim de uma forma de dignificar mais o local, nomeadamente, porque se trata de num espaço central, num bloco onde a dimensão é maior e a sua localização é preferencial. Referiu ainda que, se lá estiverem as 14 freguesias, consegue-se uma atratividade ou um centralismo para aquele ponto que não se conseguia estando dispersos ao longo do espaço do palco. Recordou ainda a discussão que existia entre todas as Juntas sobre o que deviam ou não promover e que, na reunião preparatória com a Câmara, nenhuma Freguesia se opôs; - Relativamente à intervenção do Sr. Filipe Figueiredo, considerou que o facto de ter insinuado que a Associação em causa ser subsídio-dependente não é bom para a própria; - Finalmente, quanto às questões das intervenções ficarem ou não por escrito, referiu que o Regimento apenas refere "*as interpelações mediante perguntas orais à Câmara sob assuntos da respetiva administração e resposta dos membros desta*", e não a interpelações escritas, sendo estas últimas recomendações ou moções.-----
----- Finalmente o Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual, ainda relativamente à Gum Chemical voltou a referir

que todo o processo da sua instalação, é da competência de outras entidades, nomeadamente, a Comissão de Coordenação Desenvolvimento Regional do Centro, a Autoridade para as Condições do Trabalho, a Administração Regional de Saúde do Centro, a Agência Portuguesa do Ambiente e Administração Hidrográfica do Centro. Acrescentou que, o Município com base nos pareceres positivos daquelas entidades e depois da vistoria efetuada, apenas emite, no final, a licença de utilização. Referiu ainda que, sobre a questão da sua localização, o perímetro da Zona Industrial de Cantanhede faz parte do Plano de Urbanização de Cantanhede, o qual já tem largos anos.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrado o período antes da ordem do dia.-----

----- **Entrou-se de seguida no Ponto 1 da Agenda de Trabalhos - «Apreciação de uma informação do Sr. Presidente da Câmara»:**-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento da documentação entretanto entregue.-----

----- **Passou-se, de seguida, ao Ponto 2 - «Entidades participadas / Método de equivalência patrimonial / Para conhecimento»:**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual referiu que a informação prestada é clara e reflete todas as entidades em que o Município de Cantanhede participa.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 3 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / XVIII Ciclo de Teatro Amador de Cantanhede»:**-----

----- Foi, de novo, dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual informou que no âmbito do XVIII Ciclo de Teatro, foi atribuído um subsídio à Junta de Freguesia de Febres, tal como foi atribuído aos restantes grupos/associações participantes, uma vez que participou naquele evento, com um Grupo de Teatro.-----

----- Interveio o Sr. Prof. Abel Carapêto, demonstrando a sua surpresa pelo facto de uma Junta de Freguesia poder organizar uma peça de teatro, pois considerava que apenas poderiam participar as Associações Culturais e Recreativas.-----

----- Tomou, de seguida, a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Febres, o qual informou que, “As Pequenas Vozes de Febres” é um projeto da Junta de Freguesia de Febres que, além de coro, também tem, nos últimos dois anos, participado no Ciclo de Teatro, com um musical.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 3 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / XVIII Ciclo de Teatro Amador de Cantanhede»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 4 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do Protocolo de Cedência e Utilização da Escola da Camarneira / União das Freguesias de Covões e Camarneira e Clube Desportivo da Camarneira»**:---

----- Foi, de novo, dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual informou que, como tem vindo a acontecer com outras escolas, a escola em causa foi desativada e o espaço beneficiado será colocado à disposição da comunidade local através da celebração de um protocolo a celebrar com a Junta de Freguesia, e neste caso, o Clube Desportivo da Camarneira.-----

----- Interveio ainda o Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias de Covões e Camarneira, o qual informou que das 5 escolas existentes na freguesia, apenas está

a funcionar a EB1 de Covões e das restantes, apenas a escola da Camarneira se encontrava ainda por protocolar, o que é uma mais-valia para a prática das atividades do Clube Desportivo da Camarneira, para além de evitar o abandono e o vandalismo daquelas instalações.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 4 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do Protocolo de Cedência e Utilização da Escola da Camarneira / União das Freguesias de Covões e Camarneira e Clube Desportivo da Camarneira»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 5 - «Fornecimento de energia elétrica para as instalações alimentadas em baixa tensão do município de Cantanhede, ao abrigo do Acordo Quadro para fornecimento de Eletricidade promovido pela CIM-RC / Autorização da Assunção do Compromisso Plurianual»**:-----

----- Foi, de novo dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual informou que, tanto o presente assunto como o ponto seguinte apenas veem à Assembleia porque são contratos plurianuais. Informou ainda que são assuntos decorrentes do normal funcionamento da Câmara e, que no caso em apreço, o concurso é promovido, num primeiro momento, através da CIM Acordo Quadro e, num segundo momento, com as entidades previamente selecionadas no concurso da CIM.-

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 5 - «Fornecimento de energia elétrica para as instalações alimentadas em baixa tensão do município de Cantanhede, ao abrigo do Acordo Quadro para fornecimento de Eletricidade promovido pela CIM-RC / Autorização da Assunção do Compromisso Plurianual**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 6 - «Fornecimento de gás natural, pelo período de 18 meses, para as Piscinas Municipais e para o Centro Escolar de Cantanhede / Concurso Público / Autorização da Assunção do Compromisso Plurianual»:**-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 6 - «Fornecimento de gás natural, pelo período de 18 meses, para as Piscinas Municipais e para o Centro Escolar de Cantanhede / Concurso Público / Autorização da Assunção do Compromisso Plurianual»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 7 - «Apreciação, discussão e votação do Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas do Município de Cantanhede do Ano Económico de 2015»:**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes informou que recebeu um relatório e um parecer do auditor externo dirigido à Assembleia Municipal, dos quais foram distribuídas cópias por todos os Membros.-----

----- De seguida, deu a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Helena Teodósio, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou da presença da Sr.ª Dr.ª Regina Melo e Maia de Sá, auditora externa do Município e recordou que o Relatório de Gestão não é apenas uma questão de números mas sim uma abordagem geral da Gestão e das Atividades do Município. De seguida informou que, no decorrer do ano de 2015 foram necessárias fazer algumas alterações e algumas revisões àquele orçamento e que, inicialmente, este rondava os 24.910.000,00 €, tendo ficado nos 25.253.000,00 € após as alterações efetuadas. Informou ainda que, relativamente à execução do mesmo foi o ano em que se atingiu a sua melhor execução, nomeadamente, ao nível da execução da receita global com

uma taxa de execução de 99.19% e ao nível de execução da despesa com uma taxa de execução de 91.68%, o que reflete o cuidado do ponto de vista local e a imposição legal dos orçamentos serem fidedignos e de acordo com as normas legais vigentes. Acrescentou que a receita corrente foi superior à despesa corrente, cumprindo o princípio do equilíbrio orçamental, tendo permitido uma poupança de 6.147.488,62 € que se pretende direccionar para o investimento. Referiu ainda que, relativamente à poupança do ano anterior, houve uma diferença para menos de cerca de 34.000,00 € que se deveu ao facto de se ter procedido ao pagamento de toda a faturação existente, embora dentro dos prazos de pagamento, à época. De seguida procedeu a uma análise pormenorizada da execução ao orçamento de 2015, quer na parte da receita, quer da parte da despesa. A Sr.^a Vice-Presidente, apresentou ainda a todos os membros da Assembleias Municipal um pequeno filme elaborado pelos Serviços, no qual é apresentado um conjunto de atividades levadas a efeito pela Autarquia e pelos seus serviços municipais.-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. João Paulo Vagos, o qual deu os parabéns aos funcionários que fizeram aquele relatório, extenso mas muito bem elaborado. De seguida, recordando que o Relatório de Gestão não é mais que uma ferramenta de gestão, procedeu à apresentação de alguns pontos constantes de uma Declaração de Voto entregue à Mesa no final da sua intervenção, nomeadamente: - Lembrou que, no dia 17 de Dezembro de 2014, aquando da votação do Orçamento para 2015, a bancada do Partido Socialista propôs uma menor carga dos impostos diretos, uma vez que o orçamento para 2015, apesar da redução percentual aprovada, previa um aumento de 25,5% naqueles impostos; - O relatório de 2015 mostra que, efetivamente, há uma diminuição da dívida de curto prazo em 567.832,12 € e uma diminuição na dívida de médio longo prazo de 3.516.499,91 €, correspondendo a uma redução de

16,58%, em relação ao ano anterior, o que é significativo; - O relatório apresenta também um saldo transitado da gerência anterior para o ano de 2016 de 1.905.730,06 €, representando um ligeiro decréscimo, justificado pelos pagamentos de todas as faturas até 31 de Dezembro; - Relativamente aos impostos diretos que foram orçamentados em 6.816.590.000,00 € verifica-se que foram efetivamente cobrados 7.573.323,30 €, correspondente a uma taxa de implementação de 111%; - Pode-se ler no próprio relatório que *“dentro dos impostos diretos mencionados o destaque vai para o contributo do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI). Este imposto apresenta uma taxa de crescimento aproximadamente de 3.89 em 2015, depois em 2014 ter crescido na ordem dos 15.99 não obstante a redução progressiva da taxa de imposto deliberada na reunião de câmara de 18 de Outubro de 2013.”*; - O relatório apresenta uma taxa de execução na despesa de 91% e uma taxa de execução na receita de 99%, podendo se concluir que se conseguiu cumprir o que estava planeado em termos de receita e em termos de despesa, tendo esta última sido superada uma vez que se pagaram todas as faturas, não transitando para o ano seguinte; - A apresentação do relatório foi claríssima e esclarecedora quanto à redução dos valores da dívida mas também diz que *“esta evolução deve-se essencialmente ao término de um contrato de financiamento e a diminuição das taxas de juros verificadas no exercício em apreço”*, pelo que, se os juros baixam, consegue-se amortizar mais dívida. Concluiu que o relatório demonstra que, efetivamente, era possível baixar as taxas dos impostos permitindo uma menor penalização das famílias e das empresas no concelho de Cantanhede.-----

----- Voltou a intervir a Sr.^a Vice-Presidente da Câmara, Dr.^a Helena Teodósio, a qual referiu que, quanto à questão dos impostos, os mesmos encontram-se num processo contínuo de descida, nomeadamente, o IMI. Acrescentou que foram pedidos dados

concretos às Finanças, dos quais se conclui que, no próximo ano o IMI vai descer porque um grande número de pessoas vão ficar isentas e ainda não está clarificada a questão dos emigrantes. Assim, acrescentou ainda que, perante a intenção do Município concorrer ao quadro comunitário Portugal 2020 e da necessidade de ter capitais próprios para poder concretizar as necessárias candidatura, é necessário muito controle e muito rigor na gestão das contas do Município, sendo descabido mexer nos impostos sem saber o que pode acontecer no futuro, porque gerir qualquer coisa com receitas absolutas é fácil, mas gerir com meios escassos e tentar obter o máximo de proveito é mais complicado e difícil.-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Manuel Augusto dos Santos, o qual deu os parabéns ao Executivo pelo trabalho realizado uma vez que não é fácil atingir os objetivos, nem conseguir uma poupança de mais de 6.000.000,00 € com todas as contingências existentes, nem ter proveitos e ganhos financeiros de quase 2.000.000,00 €, nem ter reduzido a dívida em 4.000.000,00 € num ano, o que não teria acontecido se tivesse havido menos investimentos ou se tivesse havido uma redução nas taxas de alguns impostos. Acrescentou ainda que, efetivamente os *spreads* estão negativos mas podem subir de um momento para o outro e que, quanto maior for a dívida que a Câmara tiver nessa altura, mais será penaliza.-----

----- Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Dr. Carlos Fernandes, o qual questionou sobre o sentido de Voto da Bancada do Partido Socialista no presente ponto, uma vez que foi apresentada uma declaração de Voto que não foi lida na íntegra.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 7 - «Apreciação, discussão e votação do Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas do Município de Cantanhede do Ano Económico de 2015»,**

tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 22 votos a favor e 5 abstenções.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa passou ao **Ponto 8 - «Apreciação, discussão e votação da relação de bens que constituem o Inventário Municipal, à data de 31 de dezembro de 2015»**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, deu a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Helena Teodósio, a qual informou que à data de 31 de Dezembro de 2015, o património municipal traduzia-se em 86.902.000 bens, com um valor de património líquido, já sem as amortizações acumuladas, de 95.573.703,86 €, entendendo-se por património tem toda a tipologia de bens como livros, redes de água, saneamento, viaturas, edifícios, infraestruturas, terrenos, etc..-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, voltando ao assunto do ponto anterior, referiu que a declaração de voto apresentada à Mesa pelo Partido Socialista refere o seguinte: *“assim pelas razões expostas os deputados do Partido Socialista desta Assembleia em consciência optam pela abstenção relativamente ao ponto em discussão.”* -----

----- Interveio o Sr. João Paulo Vagos, o qual afirmou que não houve qualquer intenção de omitir o sentido da votação, uma vez que questionou as Mesa sobre a necessidade de ler a declaração.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 8 - «Apreciação, discussão e votação da relação de bens que constituem o Inventário Municipal, à data de 31 de dezembro de 2015»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 9 - «Apreciação, discussão e votação do 1.º Relatório Semestral de Acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro do Município de Cantanhede, Ano 2016»**:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes deu, de novo, a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Helena Teodósio, a qual informou que o 1.º Relatório Semestral de Acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro do Município de Cantanhede vem anexo ao Relatório de Gestão, tem efeitos a 31 de Dezembro e por imposição do próprio plano tem que ser apresentado semestralmente. Informou ainda que os dados referem-se ao período de 1 de Outubro de 2015 a 31 de Março de 2016 pelo que há que ter cuidado na análise dos valores apresentados. De seguida referiu que se pode concluir daquele Relatório que o Plano está a ser cumprido na íntegra e a superar as expectativas. Acrescentou que houve um aumento de fundos próprios em cerca de 15.000.000,00 € face ao previsto no plano, que o limite de endividamento a médio e longo prazo para este primeiro trimestre foi cumprido tendo mesmo atingido uma margem positiva de mais de 1.000.000,00 €, prevendo-se que a 31 de Dezembro, o Município tenha uma vantagem de endividamento a médio e longo prazo relativamente aquilo que estava previsto de mais 3.000.000,00 €. Referiu finalmente que relativamente ao endividamento líquido o Município também cumpre integralmente o estipulado na Lei das Finanças Locais.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 9 - «Apreciação, discussão e votação do 1.º Relatório semestral de acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro do Município de Cantanhede, Ano 2016»**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 26 votos a favor e 1 abstenção.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 10 - «Apreciação, discussão e votação da 2.ª Revisão ao Orçamento e GOP's do Ano de 2016»:**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Helena Teodósio, a qual informou que, relativamente às receitas verifica-se que houve

uma correção na parte das transferências do Estado em mais de 111.000,00 € e que foi aumentado o saldo de gerência para 2016 em mais 400.000,00 €.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 10 - «Apreciação, discussão e votação da 2.ª Revisão ao Orçamento e GOP's do Ano de 2016»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 11 - «Apreciação, discussão e votação do projeto de Regulamento da Organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Cantanhede»**:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Helena Teodósio, a qual esclareceu que, face às imposições legais ao Estatuto do Pessoal Dirigente, no final de 2012, foi criada uma nova estrutura orgânica com apenas 7 lugares de dirigentes, com base nos dados provisórios dos CENSOS 2011. Recordou ainda que, à época entendeu-se fazer uma reunião com todas as chefias no sentido de auscultar sobre aquilo que eles entendiam ser o método ideal, uma vez que a Lei permitia duas soluções, deixar cair toda a estrutura existente e imediatamente desenvolver um procedimento no sentido de se abrirem novos concursos ou continuar com a estrutura existente, e manter as mesmas chefias até acabarem as respetivas comissões de serviço, tendo-se optado por esta última solução. Esclareceu, de seguida, que se aguardou pelo novo Orçamento de Estado na esperança que houvesse alguma alteração, possibilitando assim à Câmara reorganizar os seus Serviços com a estrutura que consideraria melhor, mas a situação manteve-se. Informou ainda que, pelo facto do número de habitantes do Concelho ter ultrapassado os 41.000, criou-se a possibilidade de existir mais de um Diretor e mais um Chefe de Divisão. Informou que junto ao processo encontra-se a informação jurídica que sustenta a proposta e passou de seguida à descrição, pormenorizada, da

nova estrutura orgânica, nomeadamente das unidades orgânicas, estruturas flexíveis e subunidades orgânicas, realçando as alterações efetuadas comparativamente à estrutura anteriormente existente.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 11 - «Apreciação, discussão e votação do projeto de Regulamento da Organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Cantanhede»**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 22 votos a favor e 5 abstenções.-----

----- Após a votação o Sr. Dr. Luis Pato apresentou, em nome da Bancada do Partido Socialista, a seguinte declaração de voto: *“Tendo como pressuposto fundamental a defesa da existência de um sistema equitativo no que concerne às progressões nas carreiras profissionais que compõem o quadro de funcionários da CMC, a bancada do Partido Socialista, com assento na Assembleia Municipal da Câmara de Cantanhede, tem, por diversas vezes, questionado tanto este órgão, de cariz deliberativo, como o executivo acerca de algumas decisões tomadas acerca deste assunto. Veja-se, acerca deste propósito, por exemplo, a progressão de alguns funcionários, em detrimento de outros, para a carreira de técnico superior. É importante realçar que naturalmente não estamos em litígio com estas tomadas de posição. Pois, nós, tal como o governo atual, queremos impulsionar os níveis de empregabilidade que foram completamente dilacerados pelo governo da coligação anterior. O que se pretende saber é simplesmente o seguinte, quais são os pressupostos que norteiam estas deliberações? Porque já que temos que pactuar com estas decisões através do ato nobre de votar, desejamos que este processo seja o mais transparente possível. É um direito e um dever do decisor. Posto isto, e perante esta imposição no quadro de funcionários da Câmara Municipal de Cantanhede questionamos: Quais são as necessidades da Câmara Municipal de Cantanhede para se tomarem decisões*

estratégicas desta natureza? Quais são as competências das pessoas visadas, será que elas correspondem às reais necessidades da Câmara Municipal de Cantanhede? Ora, à luz do que este ponto trata, mais uma vez, a bancada do PS considera que faltam elementos que permitam que tenhamos uma decisão esclarecida; por isso, o voto será a: abstenção.”-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 12 - «Apreciação, discussão e votação da proposta da alteração ao Mapa de Pessoal / 2016»:**-----

----- Voltou a intervir a Sr.^a Vice-Presidente da Câmara, Dr.^a Helena Teodósio, a qual informou que, após a aprovação da estrutura do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Cantanhede os funcionários municipais têm que ser reafectados naquela nova estrutura. Assim, referiu que não há aumento de pessoal, mantendo-se o número de pessoas constantes do mapa de pessoal em vigor. Clarificou ainda que a estrutura agora aprovada é uma estrutura, não tendo ainda nomes associados, havendo necessidade de proceder a concursos. Acrescentou que o Sr. Presidente da Câmara pode, transitoriamente, fazer nomeações em regime de substituição até que os concursos sejam validados. Relativamente aos concursos a abrir referiu que o Executivo faz questão de não fazer parte do Júri dos mesmos e que esses mesmos Júris serão compostos por elementos externos ao Município, podendo concorrer pessoas internas ou externas, desde que detenham todas as exigências legais. Acrescentou ainda que há situações que o Executivo gostaria de alterar, mas a Lei não o permite, como é o caso das carreiras que vão ficar paradas até 2018 pelo atual Governo. Referiu ainda que há funcionários de grande mérito que mereciam ter outro tipo de carreira e que o Município apenas consegue valorizar utilizando o mecanismo, permitido por Lei, através da mobilidade inter-carreiras mas que tem um limite temporal, pois quando acaba essa mobilidade

regressam à sua função anterior. Finalmente acrescentou que, os serviços estão sempre atentos a qualquer abertura legal que permita ir ao encontro de algumas correções de algumas injustiças que se entendem existir.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 12 - «Apreciação, discussão e votação da proposta da alteração ao Mapa de Pessoal / 2016»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Seguidamente, a bancada do Partido Social Democrata apresentou uma proposta para que todos os assuntos apreciados nesta sessão fossem aprovados em minuta para efeitos imediatos. Esta proposta, após votação, foi aprovada por unanimidade. -----

----- Estando prestes a dar por encerrada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, questionou se algum elemento do público queria usar da palavra, não tendo havido inscrições.-----

----- Finalmente, sendo 18H30 horas, o Senhor Presidente da Assembleia deu a sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente ata para constar, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

O Presidente:

O Primeiro Secretário:

A Segunda Secretária: